



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO DE 2ª CATEGORIA NO DISTRITO FEDERAL/DF  
Setor Bancário Norte, Quadra 01, Bloco F, Edifício Palácio da Agricultura - Bairro Asa Norte - CEP 70040-908 - Brasília - DF - www.dpu.def.br  
Sede da Defensoria Pública da União

## **EDITAL - DPU-2CATDF/DICAD 2CATDF - Nº 2, DE 10 DE MAIO DE 2023.**

### **PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL MÉDIO REGULAR E NÍVEL SUPERIOR CURSANDO GRADUAÇÃO EM DIREITO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO DA SEGUNDA CATEGORIA NO DISTRITO FEDERAL.**

A DEFENSORA PÚBLICA – SUBSTITUTA DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO DA SEGUNDA CATEGORIA NO DISTRITO FEDERAL juntamente com a Universidade Patativa do Assaré - UPA vem por meio deste termo aditivo inserir as demais disciplinas e retificar o Conteúdo Programático para o processo seletivo de estágio remunerado para estudantes de Nível Médio Regular e Nível Superior do curso de Direito para formação de Cadastro Reserva na unidade de Segunda Categoria da Defensoria Pública da União,

**Onde se lê:**

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – NÍVEL MÉDIO DA PROVA OBJETIVA:**

**Língua Portuguesa:** Interpretação de texto. Ortografia. Acentuação. Pontuação. Emprego, classificação e flexão das palavras (substantivo, adjetivo, artigo, numeral e verbo). Emprego de tempos e modos verbais. Significação das palavras (antônimo, sinônimo, sentido próprio e figurado). Concordância verbal e nominal. Sujeito e predicado.

**Conhecimentos gerais:** Fatos e notícias locais, nacionais e internacionais veiculados em meios de comunicação de massa, como jornais, rádios, internet e televisão.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – NÍVEL SUPERIOR DA PROVA OBJETIVA:**

**1 - Regime Jurídico da Defensoria Pública da União:** Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994.

**2 - Direito do Trabalho:** Princípios; Relação de emprego e relação de trabalho; Empregado e Empregador; Duração do trabalho; Salário e Remuneração; Contrato a termo e por tempo determinado; Extinção do contrato de trabalho; Prescrição e Decadência.

**3 - Direito Processual do Trabalho:** Princípios; Competência; Partes e Procuradores; Audiência; Procedimentos Ordinário, Sumário e Sumaríssimo.

**4 - Direito Civil:** Das pessoas, das diferentes classes de bens, dos bens públicos, dos fatos jurídicos, dos atos jurídicos lícitos, dos atos ilícitos, da prescrição e da decadência, da prova, do direito das obrigações, responsabilidade civil. Fontes Formais do Direito Positivo. Vigência e Eficácia da Lei. Conflitos das Leis no tempo e no espaço. Hermenêutica e Aplicação do Direito. Código de Defesa do Consumidor (salvo tipos penais).

**5 - Direito Processual Civil:** Do Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015). Da Jurisdição e da Ação. Das Partes e dos Procuradores. Dos órgãos Judiciários e dos Auxiliares da Justiça. Dos Atos Processuais. Da Formação. Da Suspensão e da Extinção do Processo. Do Processo e do Procedimento. Do Procedimento Ordinário. Do Processo nos Tribunais. Dos Recursos.

Tutela coletiva. Conceito. Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos. Legitimidade. Competência. Coisa Julgada.

**6 - Direito Penal:** Da aplicação da Lei Penal. Do crime. Da imputabilidade penal. Da culpabilidade. Da antijuridicidade. Do concurso de pessoas. Das penas. Das Medidas de Segurança. Da extinção da punibilidade. Dos crimes contra a Fé Pública. Dos crimes contra a Administração Pública. Dos crimes contra o patrimônio. Do tráfico de drogas (Lei n. 11.343/2006). Dos crimes contra o meio ambiente (Lei n. 9.605/98). Crimes contra telecomunicações (Lei n. 9.472/97 e Lei n. 4.117/62). Dos crimes contra a previdência social (Lei n. 8.212/91). Dos crimes contra a ordem tributária (Lei n. 8.137/90)

**7 - Direito Processual Penal:** Disposições preliminares. Inquérito policial. Do inquérito policial. Da Ação Penal. Da Ação Civil. Da competência. Citações e intimações. Das questões e processos incidentes. Da prova. Do Juiz. Do Ministério Público. Do Acusado e Defensor, dos assistentes e auxiliares da Justiça. Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória. Das citações e intimações. Da sentença e coisa julgada. Do processo comum. Das nulidades e dos recursos em geral. Das medidas assecuratórias. Da restituição de coisas apreendidas. Das Audiências de Custódia.

**8 - Direito Constitucional:** Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (Art. 5º da CF/88); Dos Direitos Sociais; Da Organização dos Poderes - Das Funções Essenciais à Justiça - Da Defensoria Pública (Art. 134º CF/88).

**9 - Direito Administrativo:** Administração Pública: Disposições Gerais (arts. 37 e 38 da Constituição da República) - Administração descentralizada (indireta): Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações Públicas: criação, estrutura, regime jurídico, características, extinção - Atos administrativos: conceito, requisitos, atributos, classificação, invalidação e efeitos - Contratos administrativos: conceito, formalização e execução. Licitação: conceito e modalidades. Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores. Domínio Público: Conceito e Classificação dos bens públicos. - Controle da Administração Pública: Controle administrativo; controle interno e controle externo; controle parlamentar e controle popular; controle jurisdicional.

**Leia-se:**

#### **ANEXO – I:**

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – NÍVEL MÉDIO DA PROVA OBJETIVA:**

**Língua Portuguesa:** Interpretação de texto. Ortografia. Acentuação. Pontuação. Emprego, classificação e flexão das palavras (substantivo, adjetivo, artigo, numeral e verbo). Emprego de tempos e modos verbais. Significação das palavras (antônimo, sinônimo, sentido próprio e figurado). Concordância verbal e nominal. Sujeito e predicado.

**Conhecimentos gerais:** Fatos e notícias locais, nacionais e internacionais veiculados em meios de comunicação de massa, como jornais, rádios, internet e televisão.

**Noções básicas de Informática:** Arquivos e pastas (diretórios), Word 2016, Excel 2016, correio eletrônico (Outlook) e internet.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – NÍVEL SUPERIOR DA PROVA OBJETIVA:**

**1 - Regime Jurídico da Defensoria Pública da União:** Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994.

**2 - Direito do Trabalho:** Princípios; Relação de emprego e relação de trabalho; Empregado e Empregador; Duração do trabalho; Salário e Remuneração; Contrato a termo e por tempo determinado; Extinção do contrato de trabalho; Prescrição e Decadência.

**3 - Direito Processual do Trabalho:** Princípios; Competência; Partes e Procuradores; Audiência; Procedimentos Ordinário, Sumário e Sumaríssimo.

**4 - Direito Civil:** Das pessoas, das diferentes classes de bens, dos bens públicos, dos fatos jurídicos, dos atos jurídicos lícitos, dos atos ilícitos, da prescrição e da decadência, da prova, do direito das obrigações, responsabilidade civil. Fontes Formais do Direito Positivo. Vigência e Eficácia da Lei. Conflitos das Leis no tempo e no espaço. Hermenêutica e Aplicação do Direito. Código de Defesa do Consumidor (salvo tipos penais).

**5 - Direito Processual Civil:** Do Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015). Da Jurisdição e da Ação. Das Partes e dos Procuradores. Dos órgãos Judiciários e dos Auxiliares da Justiça. Dos Atos Processuais. Da Formação. Da Suspensão e da Extinção do Processo. Do Processo e do Procedimento. Do Procedimento Ordinário. Do Processo nos Tribunais. Dos Recursos. Tutela coletiva. Conceito. Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos. Legitimidade. Competência. Coisa Julgada.

**6 - Direito Penal:** Da aplicação da Lei Penal. Do crime. Da imputabilidade penal. Da culpabilidade. Da antijuridicidade. Do concurso de pessoas. Das penas. Das Medidas de Segurança. Da extinção da punibilidade. Dos crimes contra a Fé Pública. Dos crimes contra a Administração Pública. Dos crimes contra o patrimônio. Do tráfico de drogas (Lei n. 11.343/2006). Dos crimes contra o meio ambiente (Lei n. 9.605/98). Crimes contra telecomunicações (Lei n. 9.472/97 e Lei n. 4.117/62). Dos crimes contra a previdência social (Lei n. 8.212/91). Dos crimes contra a ordem tributária (Lei n. 8.137/90)

**7 - Direito Processual Penal:** Disposições preliminares. Inquérito policial. Do inquérito policial. Da Ação Penal. Da Ação Civil. Da competência. Citações e intimações. Das questões e processos incidentes. Da prova. Do Juiz. Do Ministério Público. Do Acusado e Defensor, dos assistentes e auxiliares da Justiça. Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória. Das citações e intimações. Da sentença e coisa julgada. Do processo comum. Das nulidades e dos recursos em geral. Das medidas assecuratórias. Da restituição de coisas apreendidas. Das Audiências de Custódia.

**8 - Direito Constitucional:** Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (Art. 5º da CF/88); Dos Direitos Sociais; Da Organização dos Poderes - Das Funções Essenciais à Justiça - Da Defensoria Pública (Art. 134º CF/88).

**9 - Direitos Humanos** – 1. Conceito de Direitos humanos; 2. A constitucionalização dos direitos humanos; 3. A constituição da República Federativa do Brasil; 4. Princípios constitucionais; 5. Hierarquia dos tratados internacionais dos direitos humanos; 6. Internacionalização dos Tratados internacionais de direitos humanos; 7. Proteção das minorias e demais grupos vulneráveis; 8. A proteção a mulher, a criança, ao idoso e a pessoa com deficiência; 9. A liberdade sexual e a transexualidade; 10. O refúgio.

**10 - Direito Previdenciário** – 1. Da seguridade social na constituição federal; 2. Princípios da previdência social; 3. Qualidade de segurado; 4. Carência; 5. Período de graça; 6. Benefícios; 7. Lei 8.742/93 (lei Orgânica da Assistência Social); 8. Lei 8.213/91.

**11 - Direito Administrativo:** Administração Pública: Disposições Gerais (arts. 37 e 38 da Constituição da República) - Administração descentralizada (indireta): Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações Públicas: criação, estrutura, regime jurídico, características, extinção - Atos administrativos: conceito, requisitos, atributos, classificação, invalidação e efeitos - Contratos administrativos: conceito, formalização e execução. Licitação: conceito e modalidades. Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores. Domínio Público: Conceito e Classificação dos bens públicos. - Controle da Administração Pública: Controle administrativo; controle interno e controle externo; controle parlamentar e controle popular; controle jurisdicional;

**ISABELLA KAREN ARAÚJO SIMÕES**

**DEFENSORA PÚBLICA-SUBSTITUTA da DPU-DF de 2ª Categoria**



Documento assinado eletronicamente por **Talyta Alves Batista, Técnico Especializado**, em 10/05/2023, às 13:51, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



Documento assinado eletronicamente por **Isabella Karen Araújo Simões, Defensor(a) Público(a)-Chefe**, em 10/05/2023, às 14:20, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://www.dpu.def.br/sei/conferir\\_documento\\_dpu.html](http://www.dpu.def.br/sei/conferir_documento_dpu.html) informando o código verificador **6142602** e o código CRC **8B6BEE63**.

---

Digite aqui o conteúdo do(s) anexo(s) ....